SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - Telesíntese

Telecom Italia propõe IPO do negócio de torres

Subsidiária Inwit administra 11,5 mil torres, em toda a Itália. Operadora ficaria com o capital levantado, mas não explica como seria usado. Oferta aguarda aprovação das autoridades locais.

A Telecom Italia (TI), controladora da TIM no Brasil, comunicou ao mercado nesta quinta-feira (21) que pretende vender 40% de sua subsidiária de torres para telefonia móvel, a Infrastrutture Wireless Italiane (Inwit).

A Inwit administra o aluguel e serviços relacionados a 11,5 mil torres espalhadas pela Itália. A venda acontecerá por oferta pública de ações (IPO). A torres pertenciam à Telecom Italia, mas foram integradas à subsidiária entre março e abril deste ano.

Os bancos Banca IMI, Deutsche Bank AG, London Branch e Mediobanca foram os escolhidos para coordenar e realizar a oferta de ações. O UBS também fará a oferta, mas sem papel de coordenação. O IPO vai consistir em uma oferta secundária de ações, feita pela Telecom Italia, que também receberá todo o dinheiro levantado. A proposta ainda deve ser avaliada por autoridades italianas. A TI não estimou o valor da operação, nem o que faria com o dinheiro levantado.

21/05/2015 - Teletime

Metodologia para multa por óbice à fiscalização passará por consulta pública de 30 dias

A Anatel aprovou nesta quinta-feira, 21, proposta de metodologia para cálculo de sanção de multa por óbice à fiscalização. Pelo texto, que passará por consulta pública, as multas para essas infrações poderão chegar a R$ 50 milhões, dependendo da quantidade de usuários afetados, o tamanho da empresa e a duração da infração.

O relator da matéria, conselheiro Marcelo Bechara, seguiu o texto proposto pela área técnica, que prevê dois tipos de óbices: para a fiscalização técnica, feita em campo, e a não técnica, realizada por meio de solicitação de informações para as empresas. Os valores das sanções poderão ser obtidos por meio de tabelas preestabelecidas, onde a prestadora pode ter uma ideia de quanto vai pagar. No caso da fiscalização não técnica, o valor da tabela pode ser multiplicado por 10, a depender de quantas informações deixaram de ser prestadas.

O conselheiro Igor de Freitas disse que, pela fórmula proposta, uma empresa com mais de nove mil estações, que praticou o óbice à fiscalização, receberá multa de R$ 50 milhões. Ele deixou claro que é preciso, durante a consulta pública, definir parâmetros para óbice à fiscalização online.

Bechara disse que o intuito é pesar na multa para que o impedimento à fiscalização seja evitado. “O óbice pode esconder outras infrações maiores”, disse. A proposta receberá contribuições pelo prazo de 30 dias.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - Teletime

Anatel promete leilão para ajudar na arrecadação sem mexer no Fistel

A Anatel quer contribuir com a arrecadação do governo em 2015 sem que seja necessário o aumento do Fistel. O presidente da agência, João Rezende, confirmou, nesta quinta-feira, 21, a realização até outubro de leilão de sobras das frequências de 2,5 GHz, em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife e em milhares de municípios, além das sobras de 1,8 GHz em São Paulo.

Segundo Rezende, a área técnica está finalizando a proposta de edital, que ainda passará por consulta pública. A ideia é oferecer lotes de 2,5 GHz na tecnologia TDD (Time-Division Duplex), que garante serviço de banda larga fixa, para pequenos provedores, nos pequenos municípios. A banda livre existente nessa faixa é de 35 MHz, decorrente das devoluções das empresas de MMDS, que operavam em 2,5 GHz. Vale lembrar que a devolução ocorreu porque as empresas que ainda tinha direito de exploração dessas faixas (grupo America Móvil em Recife, Porto Alegre e Curitiba e grupo Telefônica em São Paulo, Rio, Curitiba e Porto Alegre) acabaram não conseguindo vender para a Sky, que tinha direito de preferência nessas cidades.

Já na faixa de 1,8 GHz estão disponíveis 5 MHz + 5 MHz em São Paulo, decorrentes da frequência tomada da Unicel. Os compradores poderão utilizar essa faixa também para o serviço 4G, mas com mobilidade.

A realização do leilão ainda depende do desenvolvimento de um sistema de licitação eletrônica para garantir a venda de milhares de lotes. Rezende informa que há 15 MHz de 2,5 GHz disponíveis em praticamente todos os municípios.

Apenas a Sky e a On Telecom utilizam a faixa com a tecnologia TDD (TD-LTE) para oferta de banda larga. A Sky já conta com 160 mil assinantes, mas concentra a sua atuação em cidades pequenas, onde não tem concorrência expressiva.

Rezende ressaltou também que não está preocupado com arrecadação, mas sim em ofertar mais frequências às empresas e, assim, aumentar a competição. O presidente da agência disse não ter sido procurado pelo Ministério da Fazenda sobre aumento do Fistel. "Mas a Anatel tem mais de 1.500 funcionários e não posso responder por todos", disse.

Análise de preço

As faixas de 2,5 GHz que a Anatel quer colocar em leilão são as mesmas que acabaram não sendo negociadas pela Sky (que tinha direito de preferência) nem pela On Telecom (que tinha interesse, mas não conseguiu evoluir sua negociação nem com América Móvil nem com Telefônica). A Sky não quis as faixas basicamente por uma conta econômica: teria que pagar um valor elevado (as empresas pediam um valor proporcional ao que haviam pago pelo espectro de 4G) e isso inviabilizaria a oferta do serviço, já que hoje a tecnologia TD-LTE só é economicamente rentável, hoje, em velocidades na casa dos 4 Mbps. Para chegar a velocidades maiores que pudessem competir com as ofertas de banda larga fixa, mantendo a quantidade de usuários por célula necessária para assegurar a qualidade, é preciso um investimento mais pesado na construção de ERBs, o que inviabiliza o negócio, sobretudo em cidades com competição por cabo ou fibra (caso de Rio e São Paulo). Mesmo que a Anatel consiga compradores, o valor tenderá a ser inferior ao que foi pago pelo leilão da faixa de 2,5 GHz em FDD.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - Rede Brasil Atual

Nova edição da Jornada pela Democracia responde à pauta conservadora do Congresso

Com dez horas de debates e 30 participantes, evento que será realizado no domingo (24) poderá ser acompanhado em tempo real pela TVT e internet

No próximo domingo (24), será realizada a 2ª Jornada pela Democracia em São Paulo, uma maratona com dez horas de debates, a partir das 11h, que vão abordar temas de relevância em justiça, direitos humanos e segurança. A primeira edição da Jornada, em 12 de abril, foi apresentada como contraponto às manifestações conservadoras contra a democracia.

Com transmissão ao vivo pelos portais TVT, RBA e Fórum, os debates desta edição contarão com 30 personalidades, entre eles Douglas Belchior, da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro), o ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, que criou o programa Mais Médicos, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e o professor Pedro Abramovay, diretor para a América Latina da Open Society Foundations ex-secretário nacional de Justiça, durante o governo Lula.

Os participantes, em grupos de cinco pessoas, vão debater seis temas: estatuto do desarmamento, guerra às drogas, sistema carcerário, auto de resistência e o genocídio dos jovens negros, equívocos da redução da maioridade penal e segurança pública. "Decidimos retomar a jornada porque depois da primeira edição as pessoas começaram a perguntar quando haveria um nova rodada de debates", afirma o jornalista Camilo Vannuchi, um dos organizadores do evento.

"Estamos muito preocupados com a pauta conservadora do Congresso e o desrespeito aos direitos humanos; precisamos reagir à tentativa de reduzir a maioridade penal e jogar os menores em presídios comuns; precisamos promover um debate com pautas propositivas, como sobre os autos de resistência, para que todas as mortes sejam investigadas, inclusive as mortes por policiais", diz Camilo.

A ideia da 2ª Jornada é manter esse fórum ativo, promovendo novos debates de tempos em tempos a fim de unir forças, elaborar propostas e construir um futuro no qual o retrocesso seja substituído pelo progresso, o atraso pela ousadia, o conservadorismo pela coragem, informa o texto de divulgação do evento.

Enquanto trabalha na organização do evento, Vannuchi se mobiliza nas redes sociais para angariar recursos e cobrir as despesas da jornada. "Precisamos levantar pelo menos R$ 7 mil. São gastos referentes a aluguel do espaço, transmissão por streaming, produção de mobiliário e equipamentos, equipe mínima com segurança e limpeza, e também para conseguirmos trazer alguns debatedores de outros estados. Para isso, contamos com a ajuda de todos nesse financiamento coletivo", escreve Vannuchi na página do evento no Facebook.

Confira programação e nomes já confirmados da 2ª Jornada

Programação:

11h – Estatuto do Desarmamento: compensa andar armado?

12h30 – Guerra às drogas e a droga da hipocrisia

14h – Sistema carcerário ou ameaça aos direitos humanos?

15h30 – Autos de resistência: genocídio da juventude negra

17h – Alvo errado: não à redução da maioridade penal

18h30 – Por uma nova política de segurança pública

Debatedores até agora confirmados:

Douglas Belchior (Uneafro)
Adilson Paes de Souza (PM e USP)
Jacqueline Sinhoretto (Ufscar)
Alexandre Padilha
Dr. Carlini (Unifesp)
Pedro Abramovay (Open Society)
Rosane Borges (Geledes) GOG
Raimundo Bonfim (CMP)
Paulo Teixeira (PT-SP)
Reginaldo Lopes (PT-MG)
Margarida Salomão (PT-MG)
Gabriel Medina (Secretaria Nacional de Juventude)
Terno Maciel (Perifatividade)
Patrícia Junqueira (EACH-USP)
Angela Guimarães (Conjuve)
Angélica Comis (drogas, prefeitura)
Ivan Marques (Sou da Paz)
Iracema Araújo (CMDCA)
Laura Capriglione (Jornalistas Livres)
Rafael Custódio (Conectas)
Valdenia Paulino (Cedeca)
Cristiano Maronna (IBCCRIM)
Roberto da Silva (USP)
Gustavo Anitelli (Teatro Mágico)
Clovis Tadeu Dias (Projeto Travessia)

A 2ª Jornada pela Democracia vai acontecer no dia 24 de maio (11h-21h), na Rua Conselheiro Ramalho, 945, Bela Vista, São Paulo – SP

Para apoiar o projeto:
https://www.catarse.me/pt/jornadapelademocracia2

Assista ao vídeo:
https://youtu.be/y7tnvzvexMw

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - RBA

Falácias e mentiras nas relações entre o Brasil e o mundo

Recomenda-se cautela e informação ao se falar mal do Brasil. O 'Primeiro Mundo' está longe de ser o paraíso que se pensa

Sem-teto dormem em prédio histórico de Paris. Pobreza extrema tem causas semelhantes em todo o mundo

Quando se pensa, no Brasil, sobre "o Brasil e o resto do mundo", sobretudo aquele que teima–se em chamar de "primeiro", corre muita falácia no meio das toneladas de tinta que escorrem destes pensamentos imperfeitos, marcados sempre por fortes emoções.

A mais óbvia delas é a de que no Brasil nada funciona, e no chamado "First World", ao contrário, tudo funciona `as mil maravilhas.

Muito antes pelo contrário! E a lista é longa, indo, por exemplo, do tratamento dispensado a idosos na vida cotidiana ao SUS. Mas há outras falácias, como, por exemplo, a do "custo Brasil". Nesta onda, o Brasil seria o país mais caro em termos de impostos, e no topo desta lista vem o custo adicional da folha de pagamentos devido às contribuições previdenciárias, o imposto de renda y otras cositas más, em todos os sentidos deste "más".

Com o debate sobre a terceirização vêm à tona os temas ligados à ideia de que as regulamentações sobre o trabalho são demasiadas, enquanto em países "adiantados" tudo corre lindo, leve e solto das amarras legais.

Veja-se o caso da Alemanha, onde resido.

No caso específico da terceirização, ela existe sim, e é objeto de uma luta tenaz por parte dos sindicatos de trabalhadores. Ocorre que o poder dos sindicatos de trabalhadores na Alemanha é enorme. Empresas grandes são obrigadas a manter representações de funcionários em seus conselhos administrativos. Por isso, recentemente, pela primeira vez na história, um destes representantes foi nomeado presidente do Conselho da Volkswagen: ele era o vice, e o presidente renunciou por motivos pessoais.

O IGMetall, o Sindicato dos Metalúrgicos, e a DGB, a Central Nacional, vêm lutando – com sucesso emmuitos casos – para que os acordos coletivos realizados pelos sindicatos valham também para os trabalhadores terceirizados. E propostas de terceirização devem ser apresentadas perante os conselhos das empresas. A luta mais recente é a de que os terceirizados também tenham representação nestes conselhos.

Ainda assim, a luta é árdua. No confronto, os grandes sindicatos são favorecidos, pelo poder de que desfrutam. Já os pequenos sindicatos, ou os trabalhadores menos organizados sofrem mais, particularmente os imigrantes ou os de certas profissões, como a de cabeleireiro, uma das mais mal pagas do país.

Contudo, a Alemanha investe 27,5% do seu PIB no chamado "welfare", ou "bem estar social", por meio de uma rede legal de proteção previdenciária ao trabalhador, envolvendo desde tratamento de saúde a seguro–desemprego, passando por uma série de auxílios obrigatórios.

Acompanhe a tabela abaixo, embora seus dados tenham por referência distintos momentos de fixação, todos posteriores a 2011:

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Contribuições sobre a folha de pagamento em %

	Empregador	Trabalhador
Fundo de Aposentadoria	9,45	9,45
Seguro Saúde	7,3	8,2
Seguro Desemprego	1,5	1,5
Fundo de Invalidez	1,025	1,025
Fundo para Acidentes de Trabalho	1,6	—
Fundo para Auxílio–Doença (conforme a categoria)	—	de 1,5 a 3,6
Fundo para Garantia do Nível Salarial	0,5	—

Nos anos de "austeridade" que sucederam à crise financeira de 2007/2008, diversos direitos e auxílios aos trabalhadores vêm sendo restringidos, bem como uma série de investimentos sociais, mas num nível muito menos intenso do que aquele aplicado em países como Grécia, Portugal, Espanha e Itália, ou ainda outros – sob instigação, é verdade, da própria Alemanha, acusada frequentemente do "façam o que eu digo mas não o que eu faço". Também diminuíram os valores das aposentadorias.

Porém há outros aspectos igualmente interessantes.

O imposto de renda na Alemanha é, de fato, progressivo, indo da isenção a 45%. Este imposto, envolvendo as contribuições individuais, a taxação dos ganhos de capital e das empresas, etc. é o responsável por cerca de 40% da arrecadação de impostos no país. Em segundo lugar vem o chamado VAT, equivalente mais ou menos ao nosso ICMS, com cerca de 31%. Quando digo "cerca" em ambos os casos, quero dizer que o percentual pode vir a ser um pouco maior, conforme o ano. Depois vem o imposto sobre transações comerciais, com 7,5%, o imposto sobre consumo de energia, com 7,2%, e o imposto sobre o tabaco, com 2,6% do total da arrecadação.

Segundo a Heritage Foundation, um "Think Tank" conservador e neoliberal, com sede em Washington, a Alemanha arrecada 40% do seu PIB em taxas e impostos. A mesma fonte cita 34,4% para o Brasil, o mesmo percentual da Bulgária. Outras cifras, em percentuais: Dinamarca, 49%; Bélgica, 46,8%; França, 44,6%; Áustria, 43,4%; Itália, 42,6%; Holanda, 39,8%; Reino Unido, 39%. A média para a União Europeia é de 35,7%. A Suíça, país considerado um dos maiores paraísos fiscais do mundo devido às peculiaridades de seu sistema bancário (vide o caso HSBC) arrecada 29,4% em tributos e impostos diversos.

E não se venha com o argumento de que o Brasil é um "poço sem fundo de corrupção", enquanto o resto do mundo – inclusive o chamado "primeiro" – é um altar de honestidade. Não é verdade. A esteira de multas aplicadas por malversações aos sistemas bancários internacionais está subindo astronomicamente.

A última, aplicada nos Estados Unidos, por acordo mediante reconhecimento de culpa, contra cinco bancos (Citigroup, JPMorgan, Chase, Barclays e o Royal Bank of Scotland), por manipulação das taxas de câmbio em compra e venda moedas em transações internacionais, ultrapassou a marca dos 5 bilhões de dólares, ou mais do que 15 bilhões de reais, mais do que três vezes o que o Ministério Público está cobrando de seis empreiteiras (OAS, Camargo Correia, Sanko, Mendes Jr., Galvão Engenharia e Engemix) em função das acusações de desvios de dinheiro e propinas no caso Petrobras, cujos montantes de desvios (ainda não confirmados) chegariam a 10 bilhões de reais.

Por tanto, ao se falar mal do Brasil (como muito turista brasileiro gosta de fazer no estrangeiro, até ex-presidente), devagar com o andor, que os santos – todos – têm pés de barro, quando não fincados diretamente na lama.

21/05/2015 - RBA

Fórmula 85/95 não vai piorar as contas do País, diz professor da Unicamp

Para doutor em economia Eduardo Fagnani, especialista em Previdência, noticiário faz terrorismo; e não havia crise, até a chegada de Levy

Não há falta de dinheiro na Previdência, que é financiada pelo orçamento da Seguridade Social. A fórmula 85/95 é "muito melhor" que a situação atual das aposentadorias, mas não é nenhuma "concessão extraordinária". O Brasil não tinha crise econômica, mas o Plano Levy tratou de criar uma. Opiniões de Eduardo Fagnani, amparadas em dados. Leia a entrevista.

A imprensa e os analistas conservadores têm dito que a fórmula 85/95, apesar de até reconhecerem que vai facilitar a vida dos futuros aposentados, vai prejudicar as contas do País, inclusive produzindo desconfiança nas agências de risco e classificação. Isso é verdade?

Fagnani: Em geral, especialmente no tocante à Previdência, eles cometem uma desonestidade intelectual. Eu acho que há sempre um conflito de interesses, porque em geral eles têm ligações com o sistema financeiro, seja como clientes, seja como parte do conglomerado. Eu andei vendo uns números que eu fiquei absolutamente assustado. Esses números que estão sendo divulgados são falsos. Ninguém tem esses números.

Que tipo de números?

Têm sido divulgados números sobre o impacto nas contas da Previdência. São números que sequer o Ministério da Previdência ainda tem, sobre a análise desse impacto. Na verdade eles continuam fazendo um terrorismo econômico com a Previdência, porque há outra razão: a Previdência é o maior investimento social que existe, de 8% do PIB. Então o que está em jogo é capturar esses recursos, retroceder nesses direitos para capturar esses recursos.

Privatizar?

É capturar o recurso, quer dizer, você suprime direitos, faz uma nova reforma da Previdência, ela vai deixar de gastar um tanto, então você pode gastar esse dinheiro com a questão financeira. Esse que é o jogo. Já desde a Constituição de 1988 há essa tentativa de demonizar a Previdência. A Previdência é a Geni da República, porque ela é o maior gasto social. Isso eles nunca aceitaram. A gente tem visto mitos sobre isso que não correspondem à realidade. Desde o mito que existe déficit, de que no Brasil não existe idade mínima, e por aí vai. No caso do fator, o que a gente tem de entender é o seguinte...

No caso do fator ou da fórmula 85/95?

No caso do fator previdenciário, as aposentadorias por tempo de contribuição tendem a ser residuais no futuro. Porque esse tipo de aposentadoria diz respeito a pessoas que entraram no mercado de trabalho quando o mercado ainda dava alguma segurança. Então as pessoas ficavam muito tempo num mesmo emprego. Dos anos 90 pra cá, a tendência é que dificilmente um trabalhador fique num mesmo emprego, no mercado formal, por 35 anos. Os dados do ministério (da Previdência) mostram que em 2011, por exemplo, 55% das aposentadorias foram por idade. 17% por invalidez. E as aposentadorias por tempo de contribuição, que são essas do fator, o estoque é de 28%. Então, a tendência é de que cada vez mais as aposentadorias por idade sejam preponderantes. Desde a emenda constitucional 20 de 98, há duas formas de se aposentar. Uma é por idade, 65 anos homem e 60 mulher.

65 anos homem e 60 mulher?

Existe a aposentadoria por idade. 65 anos homens e 60 mulheres, mais 18 anos de contribuição. Esta forma tende a ser a aposentadoria preponderante, pelas características do mercado de trabalho. A fórmula 85/95 dá, por exemplo, numa conta hipotética e simplificada, 60 anos de idade mais 35 de contribuição. Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Não existe lugar nenhum no mundo em que você tem de comprovar tanto tempo de contribuição e de idade. Se você pegar os países europeus, em geral, a aposentadoria é em torno de 60, 62 anos, 65 no máximo, e muitos nem exigem tempo de contribuição, exigem só tempo de trabalho.

Por exemplo?

Vários. Na Dinamarca, a idade mínima de aposentadoria é 65 anos. A França é 62.

Mas sem pedir tanto tempo de contribuição.

São muito poucos os países que exigem tempo de contribuição. O que eu quero dizer é que as regras brasileiras não são uma jabuticaba, não são um ponto fora da curva. Já são extremamente restritivas. Se você comparar a realidade socioeconômica e demográfica desses países... Como eu vou comparar a situação de um país europeu, do ponto de vista da renda per capita e do PIB com o Brasil? Não obstante, nós já temos desde 1998 essa regra de 65 e 60 anos por idade. Mais a exigência de contribuição, nossas regras são bem mais rígidas que as desses países. Especialmente quando se leva em conta a expectativa de vida. Se levada em consideração a exigência de tempo de contribuição, estamos em patamar semelhante ao dos Estados Unidos, 35 anos.

No Brasil, então, na situação menos severa, temos de ter no mínimo 18 anos de contribuição, o que já é bastante draconiano.

Em 1998 (na reforma previdenciária pretendida pelo governo FHC), eles queriam estabelecer 65 e 60 anos, mais 35 anos de contribuição, o que seria a hipótese mais restritiva do mundo. Mas a resistência a essa ideia forçou e deu origem a duas formas de contribuição. Ou você se aposenta com 65 ou 60 anos e mais 18 anos de contribuição, ou você se aposenta com 35 ou 30 anos de contribuição, considerando ainda as variações do fator previdenciário. O que eu quero dizer é que afirmam que no Brasil não existe aposentadoria por idade, que não existe idade mínima. Isso é mentira. Não dá para comparar a realidade dos países, mas nos dois casos temos fórmulas semelhantes aos países escandinavos.

Não dá pra comparar porque é bem mais fácil chegar aos 60 ou 65 anos na Suécia do que no Brasil.

Não dá pra comparar porque a distribuição de renda lá é bem melhor. O Brasil tem a 15ª pior distribuição de renda do mundo. Não dá para comparar um país de capitalismo tardio, subdesenvolvido, com países desenvolvidos, em termos de PIB per capita. Embora as diferenças sociais sejam abissais, nós já temos desde 1998 um padrão de exigência semelhante aos dos países desenvolvidos.

Leia mais em:

http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/05/formula-85-95-nao-vai-piorar-as-contas-do-pais-diz-professor-da-unicamp-9621.html

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - Agência Brasil

Relatório da OCDE aponta redução da desigualdade de renda no Brasil

Documento faz uma análise específica da desigualdade em economias emergentes, comparando os resultados com a média dos países integrantes da organização

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado hoje (21), em Paris, mostra o Brasil como país que apresentou sinais promissores de redução das desigualdades sociais, juntamente com Peru, México, Argentina e Chile. Apesar dos bons resultados, a América Latina continua entre as regiões com a maior disparidade entre ricos e pobres do mundo.

O documento faz uma análise específica da desigualdade em economias emergentes, comparando os resultados com a média dos países integrantes da organização. De acordo com o estudo, o Brasil conta com um coeficiente de Gini – índice usado para medir a desigualdade de renda de uma nação – de 0,56, menor que os 0,60 apresentados na década de 90. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país e quanto mais próximo de 0, menos desigual. Mesmo com a melhora, o Brasil é mais desigual em relação aos estados-membros da OCDE, que têm média de 0,32.

Na comparação com outros países latino-americanos, o Brasil é mais desigual que Chile, Argentina, Peru e México. No grupo do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil tem o segundo maior Gini, atrás apenas da África do Sul (0,67).

A tendência de redução registrada na América Latina e Caribe, de acordo com o relatório, contrasta com o aumento da desigualdade na maioria dos países-membros da OCDE, em especial nas nações que adotaram a austeridade fiscal como resposta à crise econômica de 2008/2009. Atualmente, na região analisada, os 10% mais ricos ganham 9,6 vezes mais que os 10% mais pobres. A proporção, que era 7 para 1 na década de 80, passou para 9 para 1, depois do ano 2000.

Para o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, os altos índices de desigualdade atrapalham o crescimento. "As consequências são tanto econômicas quanto sociais", disse. Segundo o relatório, a disparidade de renda é maior no Chile, México, Turquia, Estados Unidos e Israel, e menor na Dinamarca, Eslovênia, Eslováquia e Noruega.

Economias emergentes como o Brasil, de acordo com o estudo, acertaram ao optar por medidas de reforço da proteção social e de redistribuição de renda para combater a redução da pobreza e da desigualdade.

A ampliação do acesso à educação e o aumento no salário mínimo resultou, no Brasil e em outros países analisados, na redução da desigualdade de renda no trabalho. A diferença salarial entre postos que exigem maior e menor qualificação diminuiu. Além disso, a ampliação dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo, contribuíram para promover maior redistribuição de renda e, consequentemente, mais desenvolvimento.

Para reduzir a distância entre ricos e pobres e ampliar o crescimento, o relatório recomenda a promoção de mais igualdade entre homens e mulheres, ampliação do acesso a melhores empregos, mais investimentos em educação e formação e redistribuição de recursos, por meio de transferências de renda. Sugere, ainda, que as economias emergentes avancem nas medidas de formalização da mão de obra e simplificação do sistema tributário. Citou a implantação do Simples Nacional, pelo Brasil, como exemplo de sucesso.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - Portal Vermelho

Ações da Petrobras saltam 5% e impulsionam alta da Bovespa

Mais uma vez, a Petrobras puxa alta, nesta quinta-feira (21), na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). A recuperação das ações da Petrobras, bem como da Vale, anulou o efeito negativo da terceira queda consecutiva.

As ações da Petrobras estavam entre as maiores altas do índice, subindo mais de 5% (com as ações ordinárias, que dão ao acionista direito a voto em assembleias da empresa) e acima de 3% (com as ações preferenciais, que dão preferência na distribuição de dividendos). Já os papéis da Vale, avançaram quase 2%.

De acordo com da da Bolsa, o índice chegou perto dos 54 mil pontos, por volta das 15h. No mês de maio, a bolsa acumula queda de 1,98%, e no ano, tem valorização de 10%. O Ibovespa, principal índice de ações da bolsa, subiu 0,38%, aos 55.112 pontos, após três quedas.

Alta na produção de petróleo e gás

Informações de relatório da Petrobras apotam que a produção de petróleo e gás natural, no Brasil e no exterior, em abril de 2015, foi de 2 milhões 786 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), 0,8% superior ao volume registrado em março do mesmo ano, que foi de 2 milhões 764 mil boed, e 8,8% superior ao volume produzido em abril de 2014, que foi de 2 milhões 560 mil boed.

Já a produção própria de gás natural no Brasil, excluído o volume liquefeito, foi de 73,4 milhões de m³/d, em abril, mantendo o mesmo patamar do mês anterior. A produção de gás natural sem liquefeito que operamos no Brasil, incluindo a parcela das empresas parceiras, foi de 85,8 milhões de metros cúbicos por dia.

21/05/2015 - CUT

Em audiência no Senado, CUT critica terceirização sem limite

Para Graça Costa, dirigente da Central, não cabe uma lei que venha precarizar todo o merca

Durante a sessão temática para debater a terceirização, Maria das Graças Costa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criticou Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que regulamenta e expande a terceirização no país. Em sua avaliação, liberar a terceirização das atividades-fim vai na contramão das conquistas sociais dos últimos anos.

"Nós entendemos que [neste] momento brasileiro de criação de empregos, de várias políticas sociais, onde estamos resolvendo mazelas históricas da população brasileira, não cabe uma lei que venha precarizar de forma absoluta todo o mercado de trabalho", disse a secretária de Relações do Trabalho da CUT.

Maria das Graças apresentou dados sobre o que, segundo ela, reflete a realidade da terceirização no Brasil: De cada 10 trabalhadores que adoecem, disse ela, 8 são terceirizados; Quatro de cada cinco mortes registradas em serviço também ocorrem com trabalhadores nessa situação.

"Não vou nem falar da carga horária e dos salários menores que é um absurdo", destacou.

Ela parabenizou o posicionamento do presidente Renan Calheiros sobre o tema e elogiou o Senado por abrir espaço para os trabalhadores participarem do debate.

Conheça os senadores que se posicionaram contrários ao projeto de terceirização sem limites durante a audiência:

Telmário Mota (PDT-RR)

"Mas não podemos avançar, principalmente, Senadora Ana Amélia, nas atividades-fim."

Ana Amélia (PP-RS)

Assumiu compromisso com as centrais sindicais, liderados pela CUT, com o Claudir Nespolo, no sentido de que vou votar contra as Medidas Provisórias nº s 664 e 665.

"Votarei pelo que a Câmara decidiu sobre o fator previdenciário (...). "

Cristovam Buarque (PDT-DF)

"Por isso nós não podemos aprovar esse projeto como ele está, porque com isso nós estaríamos precarizando. " Votará contra as MPs nº 664 e 665.

Marcelo Crivella (PRB-RJ)

"É uma proposta que desvaloriza o trabalho (...); é um jogo de soma negativa, no qual o trabalhador sempre perde. "

Humberto Costa (PT-PE)

"É a completa precarização do nosso mercado de trabalho, dispersando a organização sindical, inviabilizando acordos e convenções coletivas e fulminando direitos fundamentais dos trabalhadores, a partir do estímulo à ruptura da relação de emprego, à qual diversos benefícios estão associados. "

Hélio José (PSD-DF)

"Não é admissível, não é razoável a questão da terceirização em atividades-fim, em atividades de risco, em atividades essenciais das empresas. Não tenho dúvida de que esse processo será totalmente reformado aqui, nesta Casa. "

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

" O meu Partido, o PCdoB, que teve uma posição muito firme na Câmara dos Deputados, repetirá essa posição aqui no Senado Federal. "

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

"De 23 ministros do TST que são contra este projeto, significando dizer que é uma barbaridade isso que a Câmara dos Deputados aprovou (...) e chegamos à conclusão de que, se é para regulamentar, vamos regulamentar. Vamos pegar o que há para regulamentar aqui e vamos regulamentar. Para entrar um projeto à parte, paralelo. "

Fátima Bezerra (PT-RN)

"Para que nós rejeitemos exatamente esse projeto de lei."

Paulo Paim (PT-RS)

"O meu parecer será pela rejeição na íntegra desse projeto para que o Senado apresente outra proposta construída pela sociedade. E vou fazer esse apelo a outros relatores ou a outra Comissão que eu puder ter acesso. "